17:01 Vo)) LTE 5G 93%

Opinião do GLOBO

Divisão do Copom semeia incerteza para o futuro

Placar apertado cria temor de que, a partir de 2025, autoridade monetária esteja sujeita a interferência política

A decisão do Banco Central (BC) de baixar a taxa básica de juros, a Selic, em 0,25 ponto percentual, para 10,5% ao ano, demonstrou que a autoridade monetária está atenta à deterioração do cenário econômico e ao risco inflacionário. Diante do ímpeto gastador do Executivo e do Legislativo, capaz de alterar as metas do novo arcabouço fiscal nem bem elas entraram em vigor, reduzir o ritmo de queda dos juros parece ser a alternativa mais adequada. Mesmo assim, a decisão despertou preocupação com o futuro.

O motivo foi o placar da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) responsável por tomá-la. Os quatro diretores do BC indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva defenderam corte maior na Selic, de 0,5 ponto percentual, outros quatro defenderam apenas 0,25. O voto de desempate foi dado pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto. Foi o bastante para despertar o temor de que, com mais dois diretores escolhidos pelo PT a partir de janeiro, o BC se torne mais tolerante com a inflação.

O medo é que os interesses políticos se sobreponham à análise técnica. Se consumidores e empresários se convencerem disso, estará em risco não apenas a meta de um ou outro ano, mas a própria credibilidade do regime de metas que, desde 1999, vigora com sucesso no combate à chaga inflacionária que tanto custou ao Brasil.

Dois fatos corroboram tais temores. Primeiro, ainda está na memória de todos os agentes econômicos a intervenção política de outro governo petista — a gestão Dilma Rousseff — no BC. Em 2011, o então presidente do BC, Alexandre Tombini, deu um "cavalo de pau" na política monetária, promovendo redução artificial da Selic, em desafio aos indicadores e modelos consagrados. O resultado foi o superaquecimento da economia, com ressurgimento da inflação meses depois, seguido de recessão e de uma ressaca cujo preço o país paga até hoje.

O segundo fato são os repetidos ataques de Lula a Campos Neto, usado como bode expiatório em boa parte do ano passado para justificar os percalços da economia. O primeiro encontro entre os dois só aconteceu em setembro, quase dez meses depois da posse. Lula é um crítico contumaz da autonomia do BC, aprovada pelo Congresso no governo passado. A animosidade injustificada contra a atual gestão reforça a convicção de quem aposta numa mudança de postura da autoridade monetária quando a maioria dos diretores for formada pelos indicados por Lula.

É certo que não se podem tirar conclusões apressadas. A ata da reunião, prevista para a semana que vem, deverá ser esclarecedora. A divergência poderá estar apenas no nível ideal almejado para a Selic. Em comunicado sucinto, o Copom deu a entender que há convergências: "O Comitê, unanimemente, avalia que o cenário global incerto e o cenário doméstico marcado por resiliência na atividade e expectativas desancoradas demandam maior cautela. Ressalta, ademais, que a política monetária deve se manter contracionista até que se consolide não apenas o processo de desinflação como também a ancoragem das expectativas em torno de suas metas". Se a ata e, principalmente, as decisões futuras do Copom confirmarem essa avaliação, os temores perderão força. Mas desde já está semeada mais uma incerteza.

Aproveitar catástrofe para aprovar gastos sem conexão é oportunismo

Tragédia climática no RS abriu as portas a toda sorte de projeto para destinar dinheiro a outras regiões

Não se discute que a catástrofe ambiental ocorrida no Rio Grande do Sul requer a ação rápida do poder público. O Congresso apressou-se a aprovar o decreto que reconhece o estado de calamidade pública, a vigorar até o final do ano. A medida permite a liberação de recursos fora do limite das regras fiscais, como necessário e como estabelece a Constituição. As ações para socorrer as vítimas da enchente não podem, porém, ultrapassar as fronteiras gaúchas e ser estendidas a outras regiões por mero oportunismo político.

É o que tem acontecido em meio ao compreensível clamor pela liberação de recursos extraordinários para atender a uma situação especial. Não é sempre que ocorre uma destruição nas proporções da gaúcha. O desastre ambiental tem sido usado no Congresso para reivindicar um aumento descabido de despesas com a finalidade de auxiliar outros estados, por meio das "emendas Pix", dinheiro transferido de forma rápida a estados e municípios sem exigência de projetos nem controle.

O governo acertou ao antecipar o pagamento dessas emendas apenas aos municípios gaúchos. Mas nesta semana o Congresso aprovou uma proposta de mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para dar prioridade às emendas destinadas a todos os municípios em estado de calamidade ou de emergência em saúde pública. Nessa última condição estão 605 cidades em dez estados. Em ano de eleições municipais, os parlamentares estão interessados em enviar recursos públicos a suas bases. Mas nada justifica usar para isso a tragédia ainda em curso no Sul do país.

Não é só por meio das "emendas Pix" que parlamentares querem aproveitar o momento de cofres públicos abertos. Surgiu a ideia de reeditar um auxílio emergencial, como o da pandemia, para os trabalhadores informais e desempregados. Dois projetos com esse objetivo foram apresentados, pelo deputado Domingos Sávio (PL-MG) e pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE).

O senador Mecias de Jesus (Republicanos-RR) apresentou projeto prorrogando pagamentos do crédito rural e aniistiando a dívida dos pequenos agricultores que tenham perdido a plantação em todo o país. É certo que o produtor rural das áreas mais atingidas do Rio Grande do Sul precisa de auxílio. Mas não faz sentido estendê-lo ao resto do país. A benemerência descuidada praticada hoje criará dificuldades para financiamentos no futuro.

A trajetória desse projeto reflete bem o clima no Congresso criado em torno da catástrofe. Na sua origem, a proposta visava a aliviar a situação de agricultores prejudicados pela seca. Com as inundações, foi reciclada e sua abrangência foi ampliada. O senador Alan Rick (União-AC) tentou aprová-la de forma terminativa, sem passar pelo plenário, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Não conseguiu, mas o projeto continua na pauta. O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), pediu calma "para não aprovar todo tipo de projeto sem saber quanto custa". Pelo visto, não tem sido ouvido.

Artigos

oglobo.globo.com/opiniao/
carlos@oglobo.com.br

VERA MAGALHÃES

blogs.oglobo.globo.com/vera-magalhaes
vera.magalhaes@oglobo.com.br

Supremo age como garantidor do governo

Dois episódios desta semana reforçam a ideia, bastante disseminada no Congresso e em setores da sociedade, igualmente deletéria para a harmonia entre os Poderes, de que o governo Lula enxerga o Supremo Tribunal Federal (STF) como uma instância para dirimir conflitos e garantir a implementação de sua agenda.

Numa decisão para lá de acochambrada, a Corte determinou, pelo maiúsculo placar de 8 votos a 3, que a Lei das Estatais, de 2016, não só é constitucional, como representou um avanço importante na governança de empresas públicas, de economia mista e de suas subsidiárias.

Um após outro, os oito ministros que votaram pela manutenção do dispositivo da lei que vedou a indicação de dirigentes partidários e de quem participou ativamente de campanhas políticas para a diretoria e para os conselhos dessas empresas foram pródigos em elogios quanto aos aspectos republicanos da legislação.

Mas, para justificar manterem por mais de um ano em vigor uma liminar dada pelo hoje ministro da Justiça Ricardo Lewandowski em março do ano passado suspendendo esses dispositivos da lei, fizeram um puxadinho inacreditável. Mais ou menos o seguinte: a lei é constitucional, as vedações são desejáveis, mas pode. Quem entrou na janela Lewandowski fica para evitar "instabilidade", vejam só. Como se esse tipo de postura da Corte, que tem a obrigação de decidir a tempo e hora a respeito dos aspectos constitucionais, não fosse uma imensa instabilidade jurídica.

Esse tipo de expediente — decisão monocrática em tema vital, permanência da decisão precária por tempo demais e, depois, reviravoltas no mérito atenuadas por soluções heterodoxas — ajuda apenas a tisnar a imagem do STF e a minar a confiança da população na independência do Judiciário em relação às mudanças do vento da política.

Se ir ao STF como forma de reabrir negociações políticas virar prática recorrente, a palavra da Corte ficará desmoralizada

Houve oito anos entre a promulgação de uma lei dessa envergadura e a decisão salomônica. Nada é capaz de fazer o cidadão comum entender e concordar que os ministros não tiveram tempo antes para analisar o mérito de uma questão crucial para empresas do porte da Petrobras, do Banco do Brasil, da Caixa e outras.

Outro caso em que o governo foi ao STF, obteve vitória em desalinho com uma decisão do Congresso e, depois, promoveu nova reviravolta foi a novela das desonerações da folha de pagamento de 17 setores da economia.

Depois de sucessivas derrotas na Câmara e no Senado, a despeito da insistência do Executivo na tese de que a manutenção da desoneração até 2027 era inconstitucional, o governo judicializou a questão e venceu. Numa liminar do ministro Cristiano Zanin, a desoneração caiu, e, na votação do mérito, a Corte estava prestes a formar maioria a favor da tese da administração Lula, quando o ministro Luiz Fux parou a bola com um pedido de vista.

Pois, munido da expectativa de vitória na Justiça, o governo voltou à mesa de negociações e aprovou uma reoneração gradual da folha. Ora, se o benefício era inconstitucional a ponto de autorizar tamanho desgaste com o Congresso e um recurso ao STF, que reconheceu a justiça do argumento, como, então, explicar a preservação do benefício, ainda que parcialmente, em alguns casos até 2028?

Como fica o papel do Supremo, chamado a arbitrar uma queda de braço e, depois, deixado de lado quando as partes não precisam mais de sua opinião a respeito, pois fizeram justamente aquilo que deveriam ter feito desde o início: negociar?

Com a palavra, os ministros. Se ir ao STF como forma de reabrir negociações políticas virar prática recorrente, a palavra da Corte ficará desmoralizada, e sua indicação do que fere a Constituição relativizada. A mesma Carta estabelece que cabe ao governo governar e ao Congresso legislar. O terceiro Poder não pode ser aquele para desempatar o jogo quando a política travar.

GRUPO GLOBO

Princípios editoriais do Grupo Globo: http://gle.bo/pri_edit

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: João Roberto Marinho
VICE-PRESIDENTES: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

O GLOBO
é publicado pela Editora Globo S/A.
DIRETOR-GERAL: Frederic Zoghaib Kachar
DIRETOR DE REDAÇÃO E EDITOR RESPONSÁVEL: Alan Gripp
EDITORES EXECUTIVOS: Leticia Sander (Coordenadora), Alessandro Mann, André Vieira da Fábula Barbosa, Luiza Bapista e Paulo Celso Pereira
EDITOR DO IMPRESSO: Miguel Caballero
EDITOR DE OPINIÃO: Helio Gurovitz
Rua Marquês do Pombal, 25 - Cortiço Nova - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20.230-240 - Tel: (21) 2534-5000 Fax: (21) 2534-5535

EDITORES
Política e Brasil: Thiago Prado - thiago.prado@oglobo.com.br
Rio: Rafael Galdo - rafael.galdo@oglobo.com.br
Economia: Luciana Rodrigues - luciana.rodrigues@oglobo.com.br
Mundo: Leila Suwiis - leila.suwiis@oglobo.com.br
Saúde: Ariana Cha Lopes - ariana.cha.lopes@oglobo.com.br
Segunda Capa: Marcelo Bathe - bathe@oglobo.com.br
Esportes: Thales Machado - thales.machado@oglobo.com.br
Fotografia: André Sarmento - asarmento@oglobo.com.br
Home e redes sociais: Tiago Dantas - tiago.dantas@oglobo.com.br
Audiência: Gabriela Goulart - ggoulart@oglobo.com.br
Acervo e Pesquisa: William Fidal Filho - william@oglobo.com.br

SUPLEMENTOS
Boa Viagem: Marcelo Bathe - bathe@oglobo.com.br
Rio Show: Inês Amorim - ines@oglobo.com.br
E.a.T: Ana Caruso - ecarus@oglobo.com.br
Bairros: Wilter Catrion Filho - wilterc@oglobo.com.br

SUCURSAIS
Brasília: Thiago Bronzatto - thiago.bronzatto@bsb.oglobo.com.br
São Paulo: Maurício Xavier (interino) - mauricio.xavier@sp.oglobo.com.br

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
www.portaldoassinante.com.br ou, pelos telefones: 4002-5300 (capitais e grandes cidades) 0800-0218433 (demais localidades)
WhatsApp: 21 4002 5300
Telegram: 21 4002 5300

ASSINATURA MENSAL
com débito automático no cartão de crédito ou débito automático em conta-corrente (preço de seguinte ao mês vigente)
(para RJ, MG, SP e ES: R$ 169,90)
(O Globo não faz cobranças em domicílio)

VENDAS EM BANCA
Dias úteis: RJ, SP, MG e ES: R$ 6,00
Demais regiões: R$ 7,00 (R$ 6,00)
Carga tributária aproximada de 20%

O GLOBO não aceita em contrato para sorteios de muito ou nenhum valor do assinante. Desconfie em qualquer contato a respeito desses temas. Fique de O GLOBO em seu jornal de vendas, acesse para verificar o seu OGLOBO no jornal de vendas, acesse para verificar o seu OGLOBO no jornal de vendas, acesse para verificar o seu OGLOBO no